

COMISSÃO MISTA

Relator nega manobra para Constituinte ser autônoma

BRASILIA — O relator da Comissão Mista que examina a emenda de convocação da Constituinte, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), garantiu ontem que ninguém, na comissão, pensa na hipótese de prorrogar os mandatos dos atuais parlamentares para permitir a instalação de uma Constituinte autônoma.

Bierrenbach fez esta declaração logo após denunciar, sem citar nomes, a existência de um movimento de Deputados de vários partidos para a prorrogação de mandatos até a promulgação da Nova Constituição, que seria elaborada desvinculada do Congresso.

O relator é contrário ao funcionamento paralelo do Congresso e de uma Constituinte, "pois a idéia de duas assembleias pode trazer milhões de problemas, já que o Parlamento trabalharia com a Constituição vigente e a Constituinte estaria elaborando outra Carta". Bierrenbach esteve ontem com o líder do PMDB na Câmara,

Deputado Pimenta da Veiga (MG), iniciando uma série de encontros com as lideranças partidárias para discutir as sugestões que lhe têm sido encaminhadas.

Somente após 1º de outubro, quando estarão encerradas todas as audiências, é que o relator acredita haver uma idéia mais nítida a respeito da posição da Comissão Mista sobre vários temas em discussão. Somente após esta fase, também, é que o Deputado submeterá à Comissão uma proposta de remoção do chamado "entulho autoritário" e de um substitutivo à emenda governamental de convocação da Constituinte.

Flávio Bierrenbach voltou a defender a proposta de delegados constituintes — pessoas indicadas pelos partidos, sem obrigação de a eles serem filiadas — e praticamente descartou a possibilidade de acolhimento da tese de candidaturas avulsas, diante da resistência das lideranças partidárias a ela.

Borja: Não existe justiça sem a liberdade

O assessor especial do Presidente José Sarney, ex-Deputado Célio Borja, disse ontem que a organização da liberdade é um dos princípios fundamentais a serem discutidos pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, da qual é membro.

"A Constituição moderna", frisou ele, "organiza a liberdade e, por isso, traz necessariamente a justiça. Durante muitos anos tentamos fazer mais justiça no Brasil suprimindo a liberdade e isso não deu certo".

Célio Borja presidiu ontem na sede do PFL do Rio, as sessões do grupo de trabalho da seção fluminense do Partido encarregado de elaborar sugestões à futura Carta e do Conselho Deliberativo do Instituto Tancredo Neves-RJ, que desenvolverá estudos sobre questões políticas e sociais do Brasil e do Estado do Rio. Depois de lembrar que o grupo de trabalho encaminhará sugestões à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida

pelo jurista Afonso Arinos, ele assinalou que a organização da liberdade "é a idéia-força que vai inspirando os membros da Comissão nos debates que antecederão a elaboração do anteprojeto de Carta".

— A comissão — disse Borja em seguida — já começa a reconhecer os gargalos que a atual estrutura jurídica e política oferece ao pleno desenvolvimento das pessoas, da sociedade. Até que ponto o Estado, ao invés de ajudar, atrapalha as pessoas a se realizarem plenamente? Os excessos da centralização, da legislação e da administração, tudo isso tem de ser discutido na Comissão.

Ele afastou a possibilidade de esvaziamento do trabalho da Comissão, em função de críticas que vem recebendo de setores da sociedade civil:

— Não houve nenhum esvaziamento porque ela nem começou a trabalhar. Teve uma reunião no dia de sua instalação e terá o segundo encontro hoje (ontem), no Palácio do Itamarati. As atribuições da

Comissão continuam as mesmas: ouvir o País, dar ordenação às sugestões que receber e dar forma jurídica a essas sugestões, para que depois o produto de seu trabalho seja entregue ao Presidente da República.

Ao falar sobre o Instituto Tancredo Neves-RJ, Célio Borja afirmou que os estudos do órgão orientarão os políticos e militantes do PFL no que se refere à articulação de um corpo de idéias e doutrinas "que funcionarão como itens programáticos da agremiação".

— Os princípios básicos do PFL — disse — estão contidos no Manifesto do Partido, que precisa ser desenvolvido em benefício da cidade e do País. O Conselho empossado hoje começa a trabalhar imediatamente, dentro de quatro temas básicos que serão apresentados na forma de seminários: "A economia do Rio de Janeiro"; "A saúde no Rio de Janeiro"; "Sistema Financeiro da Habitação"; e "Informação, Liberdade e Constituição".